

LIBERDADE INDIVIDUAL E A DESPOLITIZAÇÃO DAS ESCOLHAS: uma reflexão

Amana Rocha Mattos¹

RESUMO: Tomando as questões levantadas no documentário “O veneno está na mesa”, de Silvio Tendler (2011), relacionadas ao uso de agrotóxicos no Brasil e seu impacto sobre a população, proponho uma reflexão sobre a valorização da liberdade individual enquanto liberdade de escolha do indivíduo, pensando como essa noção de liberdade afasta os cidadãos de questões de interesse coletivo – e, conseqüentemente, do campo da política.

Palavras-chave: Liberdade, escolha, individualismo, política

ABSTRACT: Addressing the questions raised by Silvio Tendler's documentary "O veneno esta na mesa" (2011) regarding the use and population impact of agrottoxins in Brazil, I suggest an reexamination of the valorization of individual freedom as a freedom of choice, and how this conception of freedom divides citizens from collective pursuits and, consequently, the political realm.

Key-words: Freedom, choice, individualism, politics

Em nossa sociedade atual, o reconhecimento dos cidadãos passa, invariavelmente, pela liberdade exercida pelos indivíduos em suas vidas privadas e em suas escolhas. Isso significa que, no mundo em que vivemos, aqueles que são vistos como mais livres são aqueles que têm mais espaço garantido no espaço público, nas relações sociais, além de gozarem de mais prestígio. O uso do termo “livre”, aqui, não é feito sem delimitação de seu sentido: ser livre no contemporâneo é uma noção complexa, que traz as marcas da concepção de liberdade própria da teoria liberal, assim como do projeto filosófico iluminista. Essas marcas se misturam aos sentidos que vão sendo dados à noção de liberdade no seu uso corriqueiro, na apropriação dessa ideia feita pelas pessoas em suas vidas. Entretanto, quando se fala em liberdade hoje, é possível identificar a influência direta dessas duas correntes teóricas – teoria liberal e filosofia iluminista – nos sentidos dados ao termo.

No que diz respeito à influência liberal, a liberdade se aproxima da independência individual, da possibilidade de fazer escolhas ilimitadas, de não ser constrangido ou impedido por outras pessoas ou grupos. Em relação à influência iluminista, ser livre está relacionado à autonomia, à capacidade de tomar decisões

¹ Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sou psicóloga, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pesquiso os sentidos que jovens contemporâneos têm de liberdade a partir da discussão do conceito na teoria liberal e das críticas a esse conceito realizadas pela teoria crítica feminista e por autores da democracia radical. Email: amanamattos@gmail.com

racionais e de se responsabilizar por elas.

É certo que em nosso cotidiano essas referências conceituais se fazem presentes, mas como linhas que vão costurando o que se entende por liberdade nas experiências ordinárias. Essa “costura” vem me intrigando há tempos, e nos últimos anos me dediquei a pesquisar o que os jovens, especificamente, entendem por liberdade (MATTOS, 2011). No caso dos jovens, o problema da liberdade está atravessado por questões que se colocam para suas experiências *enquanto* jovens: como posso ser livre se dependo de alguém? Como vou me responsabilizar por minhas escolhas se tenho responsáveis? Como afirmar aquilo de que gosto de forma legítima, se o lugar que ocupo na sociedade é de alguém que, de certa forma, ainda não fala propriamente por si?

O que é curioso nos resultados que obtive no trabalho de campo com os jovens – a saber, que eles reconhecem que ser “totalmente livre” é uma ficção, pois sempre se depende de alguém, sempre se está ligado a outras pessoas – é que isso também se aplica aos adultos, a esse momento da vida em que se estaria *credenciado* à participação na sociedade e em que o sujeito é capaz de fazer suas escolhas com responsabilidade. De um lado, a insistente valorização de um modelo de indivíduo totalmente livre e independente; de outro, os problemas que a ação livre coloca para a relação com o outro, para a ideia de mútua dependência entre os sujeitos. A pergunta que tenho me feito constantemente é: o que *fica de fora* da ideia de indivíduo livre enquanto alguém que faz escolhas individualmente e se responsabiliza por elas?

Pensar a noção de indivíduo é central para qualquer estudo que pretenda discutir a sociedade contemporânea. Tal como uma chave para o entendimento de todos os fenômenos sociais, políticos e culturais, a noção de indivíduo moderno vem, há pelo menos três séculos, orientando as ciências humanas na explicação do homem. Para aqueles que, como eu, se encontram no campo da Psicologia, a noção de indivíduo é não apenas um lastro, mas um ponto de partida e, muitas vezes, uma linha de chegada. Tradicionalmente, a Psicologia se esmerou por explicar as motivações e as emoções, a percepção, o pensamento e a linguagem do indivíduo (deixando de fora, muitas vezes, a discussão de fenômenos sociais e coletivos mais complexos). Mais do que isso, a Psicologia moderna se dedicou a explicar a formação, o desenvolvimento normal do indivíduo, até que ele chegue a ser um cidadão.

Toda essa aposta moderna no indivíduo como motor da sociedade tem

consequências. Como ressalta Benjamin Constant (1985) em seu texto “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”, de 1815, a valorização da liberdade individual e da esfera privada é uma característica das democracias modernas, enquanto que a democracia na Grécia Antiga era marcada pela busca da igualdade política entre seus cidadãos e pela preocupação destes com as matérias públicas, que diziam respeito à *polis*. Ao ressaltar essa diferença, Constant adverte para as consequências da valorização da vida privada na modernidade: envolvidos com a realização pessoal e com a garantia de suas liberdades (de ir e vir, de expressão, de crença...), os indivíduos correm o risco de se desinteressarem das questões coletivas, dos problemas do espaço público, se limitando a uma relação utilitarista com a política, em que esta seria o palco de disputa, pela via da representação, de diferentes interesses individuais, organizados em grupos e partidos.

Dois séculos depois da publicação desse texto de Constant, vemos que suas preocupações continuam atuais. Graças à cultura do consumo, que se consolidou no século XX nas sociedades ocidentais, temos fortes razões para suspeitar que a hipervalorização da esfera privada promove um distanciamento cada vez maior dos indivíduos de problemas coletivos. A possibilidade de fazer escolhas segundo os gostos individuais, a materialização dessas escolhas em bens de consumo ou em estilos de vida e a busca incessante pela felicidade e pelo prazer através do consumo são algumas das principais preocupações dos indivíduos na contemporaneidade.

A apropriação da ideia de liberdade feita pela cultura do consumo é notável. A escolha livre passa a ser a escolha entre opções disponíveis – isto é, opções disponíveis no mercado. A publicidade produz demandas por bens até pouco tempo inexistentes. A obsolescência dos objetos impulsiona o desejo e o consumo de novas marcas e modelos. A afirmação de si através das escolhas realizadas e consumidas atesta o estilo de vida do indivíduo e, com isso, evidencia sua liberdade.

A problematização da relação dos indivíduos com a cultura do consumo, assim como a discussão sobre sua alienação nessa relação não é nova. Teóricos marxistas, autores da Escola de Frankfurt, e mais recentemente os estudos pós-coloniais vêm discutindo essa temática de diferentes maneiras. Inspirada por muitas dessas leituras, gostaria de levantar aqui um aspecto desse problema, desejando provocar futuras reflexões, muito mais do que me propondo a dar conta da questão, qual seja: a concepção de liberdade individual como exercício da escolha livre pelos indivíduos é uma concepção que promove a *despolitização* do conceito de liberdade. Por

despolitização aqui quero dizer uma desvinculação do ato com questões coletivas, que ultrapassam o indivíduo que naquele momento realiza a escolha.

Para desenvolver essa ideia, proponho tomarmos o recém-lançado documentário de Silvio Tendler (2011) sobre a grave questão do uso de agrotóxicos no Brasil, “O veneno está na mesa”². A partir de questões levantadas no filme relacionadas à política pública de incentivo ao uso de defensivos e substâncias químicas nocivas à saúde e ao meio ambiente na agricultura, gostaria de refletir sobre os discursos e as práticas que colocam a escolha individual como principal meio de realização dos sujeitos, pensando como a valorização desse tipo de liberdade afasta os cidadãos de questões de interesse coletivo – e, por isso mesmo, de difícil negociação.

A questão central do documentário é que, no Brasil, a agricultura – seja na produção em larga escala, seja na agricultura familiar – utiliza grandes quantidades de agrotóxicos, inseticidas, defensivos químicos na produção, e essas substâncias chegam, invariavelmente, à mesa dos consumidores. A denúncia feita pelo diretor, respaldada por entrevistas com acadêmicos, gestores públicos, profissionais de saúde e trabalhadores rurais, é de que no Brasil o uso de substâncias químicas no cultivo de frutas, verduras e legumes ultrapassa indiscriminadamente as margens de segurança, além do fato de que é frequente a utilização de substâncias proibidas nas lavouras. Na prática, isso significa que os trabalhadores rurais e as pessoas que lidam diariamente com o cultivo, a distribuição e a comercialização de frutas, legumes e verduras, estão sendo expostas a substâncias venenosas, que são reconhecidamente causadoras de uma série de doenças crônicas e mesmo letais. Isso também significa que as pessoas que consomem esses produtos estão sendo expostas a substâncias tóxicas que não supõem estarem presentes nos alimentos, ao menos nas quantidades altíssimas em que se encontram, de fato.

Antes de prosseguirmos nos argumentos do documentário de Tendler, gostaria de voltar a um ponto que trouxe inicialmente. Em nossa sociedade, inserida na cultura do consumo, a liberdade é pensada e vivida como um direito e uma experiência individual. Assim, ser livre é fazer escolhas, é se realizar através dessas escolhas, é exprimir sua individualidade por meio das escolhas feitas. A ação livre é não apenas um privilégio do indivíduo – nesse sentido, as vivências culturalmente coletivas são vistas como cerceando a liberdade do indivíduo, como ocorre com as práticas religiosas ou tradicionais – mas algo que, para se concretizar, *depende* da individualidade e da

2 O documentário, feito por Tendler em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, está disponível para ser assistido no site You Tube (www.youtube.com), de graça.

privacidade da escolha.

Dito isso, vale também lembrar que os discursos de exaltação da escolha individual atravessam a educação (enquanto formação de um futuro indivíduo profissional), a saúde (quando responsabilizam o indivíduo por sua saúde nas escolhas que faz), a sexualidade (exortando à felicidade e à satisfação, mas estabelecendo normas que devem ser seguidas individualmente), e tantos outros campos. Assim, a ideia de ser livre implica a construção de si através da escolha consciente – isto é, responsável, consequente com os efeitos dessa escolha – entre opções disponíveis. Como vivemos numa cultura do consumo, a disponibilidade de alternativas se dá, na maior parte das vezes, no mercado.

Mas voltemos à questão dos alimentos. Uma das maiores recomendações de profissionais de saúde hoje, baseados em estudos e pesquisas, é que as pessoas tenham um estilo de vida *saudável* para evitar doenças e problemas de saúde. Os principais carros-chefe desse estilo de vida são a prática de exercícios físicos e o consumo de alimentos naturais, incluindo muitas frutas, legumes, verduras e produtos não industrializados. Essa orientação vem sendo seguida à risca por muitas pessoas que, com isso, se percebem *fazendo escolhas mais saudáveis*, promovendo mudanças em seu consumo cotidiano que trarão consequências para sua qualidade de vida.

O primeiro impacto que um vídeo como “O veneno está na mesa” causa nas pessoas é de estupefação: “Então tudo o que eu pensei estar fazendo corretamente não adianta para *nada*?!”. De fato, é impossível não se indignar com os resultados de exames laboratoriais que indicam a presença de substâncias tóxicas no leite materno de mulheres que consomem os alimentos à venda no mercado brasileiro. Entretanto, o filme permite algumas reflexões mais profundas, que se articulam com a questão da despolitização da escolha individual que levantei inicialmente.

Um dos principais *a priori* da liberdade de escolha individual na teoria liberal é a possibilidade de que a escolha seja consciente. Isso significa que o indivíduo precisa saber quais são as opções que lhe estão disponíveis e quais são as consequências que cada uma delas acarreta se for escolhida. Entretanto, esse modelo individualizado de escolha-esclarecimento começa a se mostrar ineficaz quando outros fatores entram em jogo. A grande denúncia do documentário de Tendler é de que existem enormes interesses econômicos na utilização não apenas de agrotóxicos venenosos, em grandes quantidades, na produção de alimentos no Brasil (estima-se que cada brasileiro consuma cerca de 5,2l de agrotóxicos por ano), mas também de sementes transgênicas, que

requerem a aplicação de uma série de defensivos químicos nocivos à saúde. Esses interesses econômicos de empresas multinacionais são garantidos em nosso país por meio de subsídios do governo, redução de impostos e incentivos para que o pequeno agricultor utilize os produtos comercializados pelas grandes empresas em sua lavoura. São muito fortes os depoimentos de trabalhadores rurais que falam de como são obrigados a comprar sementes transgênicas de determinadas empresas multinacionais – e todo o pacote de produtos químicos que o cultivo dessas sementes demanda – para conseguirem financiamento do governo para suas lavouras.

Esse cenário perverso levanta sérias questões para a ideia de escolha de uma alimentação natural e saudável, feita pelo consumidor que vai ao supermercado ou à feira. Um ponto interessante que o documentário discute é a possível alternativa dos alimentos orgânicos. Atualmente, devido à completa ausência de incentivos públicos para a produção em larga escala de alimentos livres de agrotóxicos, os produtos orgânicos são muito caros, e seus preços são proibitivos para a população em geral. Entretanto, mesmo o consumidor que puder pagar por essa alimentação diferenciada e optar por comprar apenas alimentos orgânicos – julgando com isso estar garantindo um estilo de vida saudável, mesmo que nem todos possam ter acesso a ele – não se encontra fora dessa engrenagem. Se formos considerar apenas as implicações individuais, vale lembrar que a imensa maioria dos alimentos processados e industrializados disponíveis no mercado tem como matéria-prima alimentos transgênicos e/ou cultivados com agrotóxicos. De alguma forma, essas substâncias chegam à mesa das pessoas – no pãozinho do café da manhã, na margarina, no leite de soja em caixinha. Além disso, a utilização de agrotóxicos contamina o solo, os lençóis freáticos e o ar – especialmente quando aplicados sem controle, como o filme denuncia que ocorre no campo brasileiro de maneira geral. Essa contaminação residual fica no ambiente, e impacta na saúde das pessoas – mesmo daquelas que só consomem produtos orgânicos.

A questão que fica evidente ao final do filme é que estamos diante de um problema muito sério de saúde pública. Entretanto, as maneiras de se lidar com ele não podem ficar no âmbito das escolhas individuais, que se realizam no domínio privado da escolha do cardápio, da compra de supermercado, do preparo dos alimentos. A valorização da liberdade individual, nesse caso como em tantos outros, tira o problema do campo político, do embate de posições conflituosas e da luta por questões coletivas, restringindo-o à redoma da vida privada, em que o isolamento dos indivíduos oferece uma pálida sensação de segurança. Para enfrentar questões como essa, não é possível

abrir mão da esfera pública – de discussão, de desentendimento, e de disputas – para que a regulação do mundo comum (através das leis, das políticas públicas) seja mais democrática. Nesse espaço, talvez seja possível lutar por um outro sentido de liberdade, que não o da escolha individual.

REFERENCIAS

MATTOS, A. “**Liberdade, um problema do nosso tempo: Os sentidos da liberdade para os jovens no contemporâneo**”. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

CONSTANT, B. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. **Revista Filosofia Política**, n. 2, pp. 9-25, 1985 [1815].

TENDLER, S. “O veneno está na mesa” [Documentário audiovisual]. 50 min. Brasil, 2011.